



Machado de Assis: o crime, o criminoso, o criminalizado, o criminalista

Gilberto Felisberto Vasconcellos¹

Resumo

Este trabalho examina a obra do escritor brasileiro Machado de Assis desde a perspectiva do crime, do criminoso, do criminalizado e do criminalista.

Palavras chave: Machado de Assis, Literatura brasileira, Crime.

Machado de Assis: el crimen, el criminal, el criminalizado, el criminalista

Resumen

Este trabajo examina la obra del escritor brasileño Machado de Assis desde la perspectiva del crimen, del criminal, del criminalizado y del criminalista.

Palabras-clave: Machado de Assis, Literatura brasileña, Crimen.

Machado de Assis: the crime, the criminal, the criminalized, the criminalist

Summary

This work examines the work of Brazilian writer Machado de Assis from the perspective of crime, criminal, criminalized and criminalist.

Keywords: Machado de Assis, Brazilian Literature, Crime.

Em 2018 veio a lume o notável livro de Nilo Batista sobre a criminologia em Machado de Assis. Quanto à copiosa fortuna crítica do romancista, agora revejo-a menos por bisbilhotice em idade avoenga que por achar aí uma teoria da literatura e da cultura. Tocar, de maneira leve que seja no que representa esse totem literário, esse pai-totem, é um vespeiro onde saem abelhas com colorido de direita e de esquerda.

¹ Professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, escritor e ensaísta. E-mail: gilbertovasconcellos@yahoo.com.br

A muitos de seus devotos deve parecer mal soante aludir à luta de classes na conciliação de interesses inconciliáveis. Em um país que não é dono de nada – do território à fantasia - o imperativo (vá lá a palavra em desuso) revolucionário é superarmos nossa triste e depressiva condição machadiana.

Na época de José do Patrocínio e Luís Gama, eis a pergunta que de certo rondou o humanitismo filosofante de Quincas Borba: para onde terão ido os escravos de outrora?

No solar dos Apipucos, Recife, década de 80, em conversa memorável com Gilberto Freyre, eu quis saber do escândalo sobre o intelectual e a escravidão. Acusou o seu amigo pernambucano Oliveira Lima, o Dom Quixote gordo, que Joaquim Nabuco, o Apolo de gesso do abolicionismo segundo José de Alencar, vendera os escravos de Massangana e passeou Europas bukinando os sebos.

Dandy, filho de papai oligáquico, cosmopolita, exemplário do livre-cambismo da burguesia ilustrada. O sucessor de Joaquim Nabuco é Afonso Arinos, modernista, inimigo de Getúlio Vargas e admirador da novela das oito. Essa sucessão foi transmitida por Gilberto Freyre que se regozizou por ter achado um sucessor para Joaquim Nabuco, que em muitos aspectos era antípoda de Oliveira Lima.

O xará de Apipucos escreveu a obra prima *Casa Grande e Senzala* porque consultou a biblioteca de Oliveira Lima em Washington, em cuja casa tinha um quarto para hospedar-se, sendo tratado com carinho de verdadeiro filho. Oliveira Lima e dona Flora também não deixaram para ninguém o legado da nossa miséria. Casal sem filhos. Não posso no entanto afirmar que tivesse repúdio às crianças como o casal machadiano.

Dona Flora, viúva trágica como dizia Gilberto Freyre, está enterrada ao lado do marido num cemitério de Washington.

O historiador e diplomata Oliveira Lima era monarquista, e quando da implantação da República denunciou que o Barão do Rio Branco havia entregado as Guianas. Deixou o Itamaraty que já era o Itamaratizão, como dizia o vargojangobrizolista Darcy Ribeiro, avesso da “maladie nabuquiana”, eurocêntrica e anti-latinoamericana.

No livro do meu amigo brizolista Nilo Batista, professor de Direito Penal, se lido por quem não é especialista na área, Machado de Assis teria desejado que no futuro algum leitor reconhecesse o juriconsulto em seus romances. Creio antes que tematizar a “magistratura das letras” é contrapor-se à hipostase subcultural do judiciário que medra no Brasil pós-abertura. Não obstante o parasítico patriciado jurídico-burocrático do Segundo Império latifundiário, Nilo Batista assinala que para os protagonistas dos romances machadianos “advogar e julgar é bonito”. Este é um momento jubiloso na vida: “bacharelo-me”. Na seqüência decorrem os

cargos, a pecúnia, o status, o prestígio, a candidatura, a deputança, a incursão senatorial, os banquetes acadêmicos, a “turma do concurso”, sintetizou Leonel Brizola apontando os seus terríveis adversários na área jurídico, antes e depois de 64. Lemos em Machado de Assis que a própria morte é um “desembargador”, como se o instinto de morte anti-Eros fosse um teimoso e insidioso causídico persegue a todos.

Observa Nilo Batista que os sociólogos têm sido “severos com a produção forense”. Há que salientar no entanto a mutação operada pelos tucanos, pois os sociólogos são os novos bacharéis, mas a hegemonia lingüística continua com os ministros bizantinos do Supremo Tribunal Federal.

O diploma de bacharel em Direito é a consagração burocrática do saber, e o saber oficial do patriciado com punhos de renda da velha UDN não é senão o estamento que justifica o roubo da energia do trabalhador exercido pelo patronato. Observem o conceito de mais-valia ideológica concebido por Ludovico Silva: a ideologia justifica a exploração econômica e é também uma exploração psíquica. A interação das leis com a propriedade é ineliminável, o direito é o direito à desigualdade, segundo Karl Marx que, aliás, estudou para advogado.

No Rio de Janeiro as ciências sociais, influenciadas pelos doges cantantes do Canecão, moldam os programas da esquerda liberal e pós-moderna, a expressão do capitalismo videofinanceiro. Ninguém escapa à influência da TV dominante, seja católica ou evangélica. A caverna de Platão é sonorizada com a MPB que está sempre na moda e no poder.

Confesso que o livro de Nilo Batista despertou-me a curiosidade em saber se já tivemos brizolistas machadianos, pois o contrário evidentemente seria inimaginável. É que não me recordo de Leonel Brizola ter citado Machado de Assis, o que amiúde ele citava com gosto era o poeta Luís Vaz de Camões: o fraco rei faz fraca a forte gente. O caudilho gaúcho apreciava o caráter nacional afirmativo e, semelhante a Manoel Bonfim, tinha horror ao Império, certamente por causa da balcanizadora Guerra do Paraguai, na qual se encontra a origem imperialista do golpe de 64, ou seja, as cartas da Inglaterra substituídas pelo cartório ianque.

Quase todos os intelectuais do Império foram contra el Lopez del Paraguay, não compreenderam que Brasil, Argentina, Uruguai (a infame Tríplice Aliança) fizeram a jogada do imperialismo inglês contra a América Latina. Cito-os: Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Tobias Barreto, José de Alencar, Rui Barbosa. Explica-se isso pelas injunções econômicas coloniais, a anglofilia dos intelectuais com porcelana a passearem com carruagem de olho nas governantas britânicas para seus filhos aprenderem a falar inglês.

As centenas de firmas inglesas no Rio de Janeiro seriam o espelho rentista e granfino do mato-grossense Roberto Campos. O marxista Jorge Abelardo Ramos, que colocou Leonel

Brizola no mesmo patamar revolucionário de Che Guevara, estava certo ao sublinhar o ódio filisteu que ensejou o capitalismo de Estado de Solano Lopez. Daí origina-se o anti-caudilhismo da UDN e, mais tarde, a pactuária petucana contra a potência civil de Leonel Brizola. O sociólogo e deputado Florestan Fernandes o chamou de “machão”. Note-se que nossa cultura é marcada pela tibieza psicológica e pela desistência política.

Uma sociologia materialista da cultura está compelida a revelar o papel ambíguo da letra, cobiçada pela maioria da população analfabeta mas que é instrumento de opressão dos deserdados, a exemplo dos homens de letras coniventes com o massacre de Canudos, segundo o historiador brizotrotskista Edmundo Moniz.

Quem que teve a sorte de privar com Leonel Brizola sabe que sua aversão aos “litterati” justificava-se plenamente na História do Brasil, consoante as informações do telégrafo gaúcho de João Carlos Guaragna antecipando a aritmética eleitoral fraudulenta do magistrado Francisco Rezek em 1989. Leonel Brizola nunca acreditou que tivesse sido derrotado nas urnas por Fernando Collor. A repulsa ao bacharel de Cananéia não se deve tomá-la como uma diatribe porra-louca de Oswald de Andrade.

Procede de Portugais, segundo o historiador Oliveira Martins, o ágape amesquinhado de santonomia com escolástica das leis. Na colônia de ultramares começamos a divisão ideológica do trabalho com a dupla sacerdote/bacharel, e que reverbera na “invenção do crime” de Machado de Assis. A abordagem criminalística da corneada, ainda que fabulada, requer prova forense sobre o sexo, se lícito ou ilícito.

Depois de lido o livro de Nilo Batista acudiu-me que nos romances de Machado de Assis a trama amorosa é tecida linguisticamente com jargão e sentenças jurídicas. O love forever, o love forense. Perder a mulher por perder a causa. Amor despejado. Amor e punição. Amante judicioso. E isso não deixa de ser um traço singular quando o assunto diz respeito aos “coitados d’amor”. A namoradilha Marília, a de Dirceu, teve outro tratamento linguístico em Ouro Preto, ainda que o coroa Thomas Antônio Gonzaga tivesse sido desembargador.

No mais badalado romancista do Segundo Império há sempre no amor o risco do eu torna-se réu. Na equidade ou não da carícia o amante é julgado, assim o princípio do prazer é freado pela censura judiciária. Nada de entusiasmo. Machado de Assis casou-se casto. Dona Carolina tinha trinta e cinco anos. Na equivalência o valor de troca consagra o amor, assim como os “capitais honestos” não são desmoralizados. Quase que na mesma época Karl Marx, que odiava o bezerro de ouro tal qual o poeta Charles Baudelaire, referia-se com sarcasmo aos “lucros honestos” da economia política. Antes, William Shakespeare observou que a honestidade não era puritana. O padreco Adam Smith cometeu o desatino de falar em “salário justo”.

Na colônia latifundiária a reificação mercantil da linguagem forense invade o recôndito mais íntimo e familiar dos sentimentos. É o léxico da propriedade, do amor e do dinheiro.

O leitor indaga onde está o fundamento do “poder punitivo”; afinal, o crime é da Capital ou do capital? Desde Caim, informou Karl Marx, a punição não melhorou nem intimidou o mundo. Citemos a frase de Marx: “o legislador sábio previne o crime para não ser obrigado a punir”.

A opressão das mulheres não é feita abstratamente pelos homens. Em Machado de Assis é onipresente o delito de adultério: se pular a cerca, não gozará dos bens do maridão.

Insisto no cotejo com Oswald de Andrade, que estudou Direito no Largo de São Francisco como Bentinho de Dom Casmurro, mas este não se inteirou que o corno pode em determinadas circunstâncias ser um homem livre porque onde não há mãe não há adultério.

O Largo do Direito de São Francisco é o câncer da cultura, vociferou Oswald de Andrade com sua amante Pagu de revólver na mão defendendo-se da estudantada causídica neurótica punindo o amor fora do matrimônio.

O Rei da Vela é a expressão dramática do crédito protestante antes do Bradesco e Itaú. A pertinente observação de Nilo Batista sobre os romances machadianos traz à tona os advogados formados em São Paulo (o pai de Escobar era advogado em Curitiba), o Aires é o alter ego de Machado segundo o seu parente Astrogildo Pereira.

A hegemonia cultural paulistocêntrica configura-se em meio aos signos jurídicos como apêndice do latifúndio no Império e na República da “mercadura”, para usar a palavra de que tanto apreciava o conselheiro Ruy Barbosa, que de Londres sentiu o fartum das senzalas. A nova Roma, de que falava Darcy Ribeiro para nos caracterizar, deve ser entendida pela latifúndia forense e argentária, prelúdio do atual terrorismo judiciário.

Haverá fundamento em distinguir o que disse Machado de Assis do que se diz de Machado de Assis? E a classe a que pertencia o escritor? Evoco Eduardo Frieiro em *Páginas de Crítica*: “o homem Machado de Assis vale mais inteiramente como obra de arte do que os livros acadêmicos que deixou”.

Em *Introdução à Contribuição para a Crítica da Economia Política* temos um tratado materialista sobre o crime. As delícias do crime, diria o trotskista belga Ernest Mandel. A justiça é de classe. O livro de Karl Marx data de 1858. Um filósofo produz filosofia, um poeta poemas, assim como um criminoso produz crimes, e produz também o direito criminal e o criminalista. O crime está associado à divisão social do trabalho, tal qual a tortura que favorece a invenção mecânica de instrumentos. O crime e a tortura contribuem para aumentar o nível das forças produtivas.

Karl Marx traz uma abordagem moral, estética e literária do crime citando Sófocles, Schiller e Shakespeare. O crime quebra a monotonia e a segurança cotidianas, estimula a concorrência entre os capitalistas. O crime elimina a população excedentária do mercado de trabalho e diminui a concorrência entre os trabalhadores. A operação dos bancos é aperfeiçoada por causa dos falsificadores e ladrões. O crime, ainda que não seja explicitamente de feição política, ataca a propriedade privada e produz os meios de defendê-la. As nações se formaram na base do crime. Desde Adão, perguntou Marx, a árvore do pecado não é a árvore do conhecimento?

O país em meados da década de 70 com a censura rolando de ponta a ponta, eis que um artista de esquerda vem a público e abre o jogo sobre a linguagem brasileira recalcada: o verdadeiro censor não é senão o mestre Machado de Assis. A função do censor, a consciência moralista, é provocar a inibição intelectual mediante a repressão linguística. Nas Faculdades de Letras não se tolera romance que não possua estrutura machadiana. Vamos seguir o padrão, ainda que não se consiga; aliás, o padrão não é para ser alcançado, tal qual a dívida externa que não é para ser paga. Os machadianos adoraram *O que é isso companheiro* de Fernando Gabeira e detestaram *Riverão Sussuarana* de Glauber Rocha.

Um pouco de filologia não faz mal, segundo o professor de grego Miguel de Unamuno, censor é o magistrado que se pronuncia sobre as pessoas e os bens de cada cidadão. Quanto a isso, é difícil estabelecer um limite que separa o juiz do sacerdote. A censura, a dignidade do cargo de censor, tem a ver com a pecúnia. Glauber Rocha associou o literato ao magistrado. Os pareceres dos magistrados juntam as prebendas do patriciado com os haveres do patronato. Esses são os pilares da respeitável república. Eles se projetam como independentes da luta de classes e dos conflitos políticos.

Voltando da Europa inteirado da voga lacaniana na lingüística e na psicanálise, Glauber Rocha estava por dentro do superego como censor do ego: a censura é uma instância psíquica que interdita o surgimento na consciência de um desejo de natureza inconsciente. Jacques Marie Lacan morreu em 1981 em Paris, o mesmo ano da morte de Glauber Rocha no Rio de Janeiro.

A censura em Machado de Assis não é porque o escritor teria interditado alguma coisa, afinal ele não integrou nenhum departamento de censura. Observo, lendo o *Prólogo às asas de um anjo*, que José de Alencar foi censurado pela polícia, acusado de imoralidade. Em 1855 o inventor de Iracema sofreu censura no *Correio Mercantil*, tolhido na liberdade de expressão conforme escreveu em sua polêmica com Joaquim Nabuco, o chapa branca abolicionista. O remédio ao mal estar machadiano na cultura não é evidentemente o impossível retorno ao

estado de natureza ou ao modo de vida primitivo. Nisso Oswald de Andrade deveria ter sido mais enfático quanto à contribuição da etnologia de José de Alencar em *Os filhos de Tupã*.

O léxico forense, a cultura putrefata segundo Pier Paolo Pasolini, não significa que o romancista fosse um ideólogo do sistema jurídico ou da justiça como mercadoria. Por outro lado, não procede a ressalva sobre a megalomania descolonizadora de Glauber Rocha. Segundo a direita livre-cambista, o que nos faltou foi colonização. Deveríamos ter sido mais colonizados, portanto o país não tem absolutamente de trilhar outro caminho senão o que já foi percorrido pela Europa e Estados Unidos.

Glauber Rocha ironizou esse roteiro liberal em seu último filme *A Idade da Terra*: a história começou na Grécia e acabou em los Estados Unidos. Ainda que não escancarada, a acusação da direita é que o cineasta padecia de um autonomismo cultural ridículo, um idólatra do novo, um fetichista da novidade com psicose alucinado contra a repetição de experiências empreendidas alhures. O velho é a repetição, e repetir significa não superar a miséria e o subdesenvolvimento. Espelhar-se no paradigma “mundo desenvolvido” é aprofundar o subdesenvolvimento.

Em 1976 estava posto o seu *tupy or not tupy*.

Escolham: Glauber Rocha = Iracema, Machado de Assis = Capitu.

A vontade política terceiro mundista não deixa de lado a questão estética.

Glauber Rocha: “nosso cinema é novo porque o homem brasileiro é novo e a problemática do Brasil é nova, e nossa luz é nova e por isso nossos filmes já nascem diferentes do cinema da Europa”.

A arte indisciplinada e livre dos cânones coloniais é aquela que antecipa e mostra os caminhos de uma sociedade revolucionária, ou seja, um regime social socialista baseado na natureza dos trópicos. O sintagma que define o pensamento nacionalista e anti-imperialista é a terra do sol. O cinema dele colocou o sol na luta de classes entre deus e o diabo, e não a luta de classes no sol. Não havia nada que o irritasse tanto como a atitude corriqueira de situar a criação artística brasileira a partir do influxo estrangeiro. O Cinema Novo seria sucedâneo do neo-realismo pasoliniano ou da Nouvelle Vague godardiana. Ou senão outro exemplo que o deixava enfurecido: Gregório de Matos, o Góngora baiano, Villa-Lobos repercutor de Stravinsky ou Schoenberg. Não se trata de recusa da influência estrangeira, mas de se opor ao complexo colonial de inferioridade que nega os traços originais e próprios da nossa criação, e não apenas da artística. Decorre daí a ênfase na palavra “censor” para recalcar a inteligência brasileira.

Darcy Ribeiro e Leonel Brizola passaram décadas dizendo que o trabalhismo de Getúlio Vargas não tinha absolutamente nada a ver com a Carta de Lavoro de Mussolini. Os ditames da repressão colonial não foram vistos por Glauber Rocha sob o prisma de uma inexorável fatalidade que impediria a criação artística autônoma. A censura estilística significa negação da felicidade.

Propiciou-me Nilo Batista com este livro sobre Machado de Assis a oportunidade de revisitar a teoria da prosa brasileira. Inventariar alguns prós e contras. Se ele ensinou-me essas notas sobre a sociologia da cultura brasileira, seguramente não lhe caberá a responsabilidade pelo que está sendo dito por mim, nem tampouco é meu intento demonizar a profissão de advogado ou bacharel como bode expiatório de nossas mazelas. Seguramente o judiciário não é o motor da história.

Meu ponto de chegada sobre a noção de crime na área subdesenvolvida do capitalismo foi redescobrir os três artigos de Glauber Rocha publicados em 1976. Ele filmou o sangue dos inocentes e tinha ojeriza do estoicismo resignado que quer livra-se do sofrimento sem mudar o mundo. Senhores letrados e embaixadores: a culpa não é do povo. Antes de ler Nilo Batista passou-me inteiramente despercebido na romanesca machadiana a onipresença do universo jurídico, lei, direito, advogados, magistrados e desembargadores.

A contribuição de Nilo Batista é imprescindível ao estudo dos nexos entre literatura e sociedade no Brasil novecentista. E mais: dá valiosos elementos à sociologia da cultura do presente para o passado. Então, cumpre pôr em relevo, conforme já foi dito e redito nas ciências sociais, que é desigual a relação da literatura com a prosperidade econômica. Há períodos históricos em que um país pobre e atrasado exhibe criação literária de alto nível, tal qual pode acontecer com a filosofia; todavia reconheça-se que a arte, seja qual for, não independe das condições materiais da vida humana. Exemplo dessa assincronia, quanto à prata da casa, é Machado de Assis, essa flor rara e singularíssima no país dos trópicos. Viveu na cidade do Rio de Janeiro com urbanização e higiene e transportes precários, sob o regime do capitalismo mercantil com escravidão. O prestígio intelectual estava adstrito a uma plutocracia agrária com a traficância de escravos. Exígua camada letrada. Ideologia burguesa sobre o que fosse inteligência. Dir-se-ia, para falar com Lima Barreto, falecido em 1922, que a aristocracia era de meia tigela.

Instalada no Segundo Reinado, a corte veio para cá a fim de escapulir de Napoleão. Aqui era o regime capitalismo com trabalho servil. Todo o edifício jurídico e letrado, isto é, a

superestrutura do ócio (as horas vagas dedicadas ao amor), estava assentado na labuta do escravo.

O arguto pensador Jorge Abelardo Ramos, trotskista e peronista, o Darcy Ribeiro argentino, referindo-se ao mundo rural brasileiro, ironizou a esdrúxula combinação de latifundiários com “gramáticos sutis” na plêiade imperial e republicana.

Os doutores e proprietários de *pince nez*, estes não raro falsos, como observou Brito Broca, davam charme dândi aos salões que inspiravam os folhetins. As valsas nos bailes não dissimulavam o perfume escravocrata. Condenava-se a escravidão do ponto de vista ético, mas a linguagem era cínica, a escravidão trazia conforto e cacifava as viagens à Europa dos desembargadores. Resulta daí o oxímoro existencial de Joaquim Nabuco: abolicionista de índole senhorial.

Cotejam a indígena Iracema com a mestiça Capitu, esta como projeção do chá das cinco anglo-portuga que morre em Paris como madame Bovary, mas ao contrário da personagem de Flaubert, morreu sob a suspeita de adultério, um adultério, vá lá o latinório “sub judice”. A impressão que se tem, para falar com Darcy Ribeiro, é que Machado de Assis estava resignado com o país tal qual era. Muito bem aceito na “sociedade elegante”. Nesta a violência contra os escravos era sublimada em cargos públicos exercidos pelos bacharéis.

José de Alencar foi ministro da Justiça de D. Pedro II. Este cedeu à pressão da Lombart Street e deu o vexame de guerrear no Paraguai. José de Alencar no entanto não romanceou com o léxico de escrivão de cartório e metáforas disciplinadas.

Glauber Rocha denunciou a linguagem anti-eros do Cebrap entreguista. Roberto Schwarz preferiu o althusseriano Ruy Guerra, *Os Fuzis*, ao gramscianismo de *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.

Emigrante, transplantado, informação alguma de sua chegada por aqui com a família ou sozinho. Nascido em Viena, 1938, ano da morte de Sigmund Freud, Roberto Schwarz desde sua juvenília em São Paulo alertou que desconfiar é preciso em matéria de arte e cultura, principalmente nesta periferia ágrafa e leviana do capitalismo, onde surge quando em vez um mestre como Machado de Assis revelado por uma tese de doutorado que vale ouro por ter sido orientada por Antônio Candido, autor de *A dialética da malandragem* que causou enorme sucesso junto aos intelectuais paulistas bem-sucedidos.

O crítico vienopaulista assinalou com ênfase o país do “desajuste”, vocábulo funcionalista e não marxista, conforme mostrou Gunder Frank. O crítico desconfiado ficou de olho é no “pensamento caseiro”, se este porventura é inteligente tem boi na linha porque imita algum

autor estrangeiro sem mostrar a fonte. Parece que a trapaça, o logro confundido com o logos, é a nossa mais nobre manifestação de inteligência.

Quem conhece a vida e a obra de FHC, antes e depois de ser Presidente da República, como é o caso de Roberto Schwarz que teve a oportunidade de sentar-se à escrivaninha do Cebrap, sabe de sua repulsa nevrosiaca ao tipo ingênuo, roceiro, jacu, caipira, morador de província. Nossos avôs interioranos, odiados por Roberto Schwarz, são os caipiras da “hinterlândia”, motivo pelo qual não lhe agrada o romance andarilho de José de Alencar. Este não foi lido por ele em sua tese machadiana, mencionada por Glauber Rocha em uma tarde de Versalles na Paris de 1976.

O artigo de Glauber Rocha sobre Machado de Assis começa, menos por rixa pessoal que por deslocamento kinometonímico, pela fofoca acadêmica: “Roberto Schwarz já deve ter acabado em Paris sua tese sobre Machado de Assis, precedido pelo destranse de José de Alencar”. Esse “destranse” sintomático no pós-64, sinônimo de ausência ou leitura equivocada, data de 1976, dois anos antes de retornar de um “exílio” cercado de névoas e mistérios. Suposto exílio por causa de sua atuação política e subversiva, punido pelo golpe de 64 que o pegou na faixa dos 26 anos de idade lecionando literatura na USP, colega de Arthur Giannotti, o filósofo organizador do inesquecível “Seminário de Marx”, berço do que viria a ser o petucanismo depois de 1979.

Arthur Giannotti, o filósofo “marxista” tucano do Cebrap, deve ser louvado por todos os historiadores do golpe de 64: nunca ele deu uma de desterrado ou perseguido pela ditadura. Em meados de 1976, depois de lido o artigo “Idéias fora do lugar”, publicado pela revista do Cebrap, enviamos Wolfgang Leomar e eu de Pinheiros uma carta-entrevista para Schwarz, cuja reposta foi publicada no Jornal *Movimento*. Não o sabia exilado em Paris, assim como me surpreendeu a notícia acerca da canção do exílio de FHC embalada no Chile de Enzo Falletto, que morreu sem abrir o bico sobre a impostura intelectual dos futuros tucanitos. Recordemos que Eduardo Frei, catolicão tal qual Franco Montoro, não colocou azeitona na empadinha de Salvador Allende.

Para mim exilados eram os trabalhistas e marxistas Paulo Schilling, Edmundo Moniz, Darcy Ribeiro e Leonel Brizola. Não tinha a menor noção que o *Movimento*, dirigido por Raymundo Pereira, era um jornal rockfelleano que dava força, no meio da juventude desinformada sobre o brizolismo pré-64, para que o príncipe da sociologia chegasse ao Palácio da Alvorada. No meu caso dou aqui o joelho ao milho pela admiração juvenil que tive pelo artigo de Roberto Schwarz que era uma tremenda furada, como se a escravidão aqui estivesse fora do lugar. Eu ainda não sacava *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento* de Gunder

Frank, e não conhecia a Polop de Ruy Mauro Marini. Outra mistificação que rolava entre alunos e professores: a revista do Cebrap era considerada marxista. Florestan Fernandes e Caio Prado Junior não chutaram o pau da barraca alertando a rapaziada que a revista Cebrap trazia o roteiro da privatização imperialista.

O veto de FHC e José Serra ao artigo de Ruy Mauro Marini foi emudecido pela “turma do Machado de Assis” lá no apê de dona Violeta Arraes em Paris. Em 1970 na revista pós-stalinista de Jean Paul Sartre, *Le Temps Modernes*, Roberto Schwarz escreveu artigo rasgando seda althusseriana para Miguel Arraes e Paulo Freire na Recife bolchevique. Economizou elogios a Leonel Brizola, tratado por “Brizola” sem o nome completo, “político tradicional” na Campanha da Legalidade de 1961, injuriado de “populista”, como diria a verve pioneira do deputado reacionário Pedro Aleixo.

Leonel Brizola “esquerda não-marxista e de pouca teoria”, segundo a esnobe taxonomia austropaulista com alguma coisa de “censor”, temperado por uma retórica sub-Adorno: “a desproporção fantasmal nas crises morais fica objetivada ou desaparece, impedindo a trama de emaranhar-se no inessencial”. Isso, atenção, é dito a propósito do filme *Terra em Transe*. Ó profundidade. Ó profundidade. O leitor poderia ter perguntado: quem detinha a teoria e a prática marxista de 1964 a 1969? Que marxismo é o de Schwarz?

O indianismo alencariano e oswaldiano de Darcy Ribeiro publica em 1968 *O Processo Civilizatório*, e é posto no prego pelo positivismo frívolo, desentusiasmado, marmóreo, “desfórico”, de acordo com Haroldo de Campos. Em 1978 o discípulo de Antônio Candido advertiu, cheio de truques e dedos, que seu artigo publicado em 1970 não era ciência e sim literatura impressionista, o que não apaga os equívocos históricos, por exemplo, o governo João Goulart se apoiou no partidão. Este, ao contrário do que dizia a literatura memorial de Schwarz, não apitava nada, nem nas salas de aula da rua Maria Antônia, aliás desconectadas como reconheceu Francisco Weffort do que se passava com o país, para não falar da cozinha janguista desconhecida até hoje pelos marxólogos liberais da USP.

A tal da hegemonia cultural de esquerda de 1964 a 1969 era anti-brizolista e vai dar no FHC príncipe da moeda, assunto intocável para Roberto Schwarz. Leonel Brizola é tido como um gauchão tosco que não tirou PHD na Unicamp e não leu Althusser, ao contrário de FHC, a fina flor da “intelectualidade marxista”, alvo de tiradas “engraçadas”, uma das palavras mais frequentes de seu léxico, que lembra a dicção do professor Antônio Candido afeiçoado ao humor machadiano com os jovens discípulos.

Roberto Schwarz referindo-se sempre de maneira vaga e indefinida ao imperialismo parece um radical revolucionário quanto ao passado, mas nem tanto quanto ao presente. A

esquerda pré-64 era antiimperialista mas não anti-capitalista, o que é uma formulação avessa à teoria marxista: se é anti-imperialista e não anti-capitalista, logo não é anti-imperialista, posto que o imperialismo é ineliminável da expansão capitalista.

Depois de Lênin em 1916 é tolice referir-se a capitalismo que não seja imperialista, mas o lance dele não é conceitual, embora se declare inimigo do irracionalismo e da “desqualificação do pensamento”. Sua maneira superficial de lidar com o imperialismo revela algo mais sério quanto à História do Brasil analisada por um homem viajado, lido em “revistas estrangeiras”, poliglota, cosmopolita, quase um “intelectual estrangeiro”, como caracterizou Anatol Rosenfeld que escreveu nos grandes jornais em São Paulo, ainda que sem fazer parte da corriola universitária generosa em favor e favores.

Frase esquisita a dele: “quando o Brasil reencontrou o seu futuro em 1964” - o que vem antes e depois disso pouco importa, se o regime teria ou não alguma coisa a ver com o fascismo. O ano de 64 em sua prosa surge confuso, ambíguo, carece de explicação histórica. Trata-se de um acontecimento sujeito à condenação moral pelos seus efeitos repressivos e com ênfase nos aspectos “arcaicos”, o que lembra o funcionalismo culturalista oba-oba do francês Jacques Lambert com *Os dois Brasis*, mui longe da concepção marxista na qual o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são as duas faces da mesma moeda.

Com o ar equidistante e normativo, do tipo doutor sabe-tudo, gozador da derrota da esquerda e, à maneira do desenvolvimentismo tucano, pondera que o golpe de 64 não foi tão mal porque favoreceu a expansão do capitalismo e suas forças produtivas. O esquema ioiô arcaico/moderno bate palmas para o triunfo paulistocêntrico multinacional, assim o golpe de 64 é perdoado, e no futuro será aplaudido com a metafísica multinacional do magistrado de Curitiba.

Populista e desprovido da capacidade de organizar as massas, João Goulart até que mereceu por seus vacilos ser apeado do poder. O problema é que com a sua queda veio a ditadura. Nisso Roberto Schwarz não está sozinho, pois a tropicália, que tem tesão pelo vencedor, na qual “o veículo é moderno e o conteúdo é arcaico”, tomou partido da televisão que entregou o país para o imperialismo. Afinal, quem é que se deu bem com o golpe de 64?

Dez anos depois, em 1974, o seu guru FHC, cada vez mais lacerdista e próximo de Roberto Campos, foi acoimado de anticomunista e agente do Pentágono por Glauber Rocha, antes de Ruy Mauro Marini mostrar que o chefe do Cebrap era a esquerda falsária. Roberto Schwarz subiu na torre de marfim machadiana. A raiva e o xingamento de Glauber Rocha, um ano mais novo que ele, justificam-se pelo anticinemanovismo. Os erros políticos não se apartam da estética mal-ajambrada. Artigo retórico, “fina crítica cinematográfica”, ironizou Glau-

ber Rocha a crítica de Schwarz em 1966 ao filme *Deus e o diabo na terra do sol*, que desperta “compaixão”, sentimento cristão, catártico, filantropia, enquanto a dialética materialista revolucionária estava em *Os Fuzis* de Rui Guerra.

Raciocinando ora com o saber do folclore, ora valendo-se do materialismo histórico, Glauber Rocha percebeu que o imperialismo não era o inimigo da crítica cinematográfica de Roberto Schwarz. Este em 1970 havia escrito a frase enigmática sobre a esquerda pré-64: “o marxismo especializado na inviabilidade do capitalismo e não nos caminhos da revolução”. Nos finais da década de 70, inspirando-se na crematística de Ford e Rockefeller, os tucanos-boys iriam se especializar na viabilidade do capitalismo na América Latina. Ninguém levou a sério a palavra de ordem glauberiana: abajo Machado de Assis.

Os detratores de José de Alencar, impotentes quanto à retratação artística da natureza dos trópicos, acusam o indianismo de visão romantizada do indígena. Dizem- no imitador de Chateaubriand. Ponho minha mão no fogo se o escritor francês algum dia em sua vida viu os aribás, os acarís e os galhos de biribás. Nem escreveu prosa telúrica, sensual e desbundada com o índio nu e o ouvido encostado à terra, a languidez da loira Cecília a imaginar que um moço pudesse cair das nuvens.

Uma tarde em Ipanema ouvi Glauber Rocha desassombrado tecer paralelo entre os gênios literários dos trópicos e os da Europa e Estados Unidos, paralelo esse que o Brasil invariavelmente ganhava a parada, por exemplo, Guimarães Rosa is best than James Joyce porque trepa a terra.

José de Alencar começou a escrever sobre o crédito, essa invenção típica do capitalismo, ensinou Karl Marx. Denunciou em seu teatro “a linguagem do cálculo e do dinheiro”, preconizou a “restrição ao direito de propriedade”. Um escritor emputecido e inconformado com a “pátria repudiada”. Distante dos vanilóquios tribunícios que convertem em material romanceável as intrigas do patriciado ilustrado e pró-britânico. Doutores seduzidos pelas me-tidezas dos “gentleman riders” e pelas viagens do pacote Southampton.

Difícil que um intelectual não se sentisse inútil enfiado em uma burocracia sob o domínio da oligarquia escravocrata e liberal. Inexistia no limiar da república burguesia industrial nacional. Lima Barreto, “maximalista”, radical por reivindicar tudo, tal qual os comunistas da Comuna de Paris, de que falava Walter Benjamim, referia-se a um minguido proletariado que se confinava às lindes do Rio de Janeiro e de São Paulo. Éramos, e somos ainda, quantificados pelo intercâmbio desigual com as economias externas.

Os Sertões de Euclides da Cunha é publicado em 1902, meia dúzia de anos antes da morte de Machado de Assis. O Rio de Janeiro do Segundo Reinado foi (assim como a made-

moiselle Buenos Aires, dizia Arturo Jauretche) a estética do prazer francês mesclada à língua do bussines britânico. A consagração intelectual hesitava entre uma coisa e outra. Desde as caravelas cabralinas, mostrou Darcy Ribeiro, nunca houve intenção de edificar por aqui um sistema econômico que não fosse moinho de gastar gente, expressão essa que está lá em Karl Marx. É isso o que se entende hoje por genocídio com a matança contínua da massa excedentária: morte ou cadeia. Evoco as palavras de Arturo Jauretche referentes à Argentina: “no te morirás, pero te irás secando”.

Estupidez é pensar que os norte-americanos e europeus gostam de nós, mesmo o português não estava a fim de fazer um povo existir por aqui. O povo brasileiro foi se fazendo contra o designo dos colonizadores. Por uma sinistra dialética da colonização, para evocar o professor Alfredo Bosi, hoje o povo brasileiro está fadado a sumir do mapa-mundi. A mão de obra é dispensável. Para os gringos e os estamentos multinacionais, indispensável é o território, mas sem o povo que se constituiu aos trancos e barrancos desde o século XVI.

Nossas classes dominantes, que comem à mão das multinacionais, repartem-se em patronato oligárquico/empresarial e patriciado civil/militar, políticos, juízes, bispos, generais, advogados e jornalistas. O preceito senhorial da vigilância sem castigo era uma mentira, segundo Alberto Passos Guimarães. Convenhamos que o rabo de tatu não viceja em um universo sócio cultural apartado da pluma magistrada. Finda a escravidão, permanece o latifúndio, continua o mando senhorial com a dependência dos pobres e agregados.

Na teoria da censura (Machado de Assis censor de si mesmo e dos outros) Glauber Rocha não cita Lima Barreto, criminalizado pelo aparato jurídico das letras por levar vida desregrada de boêmio. Boicotado por Rui Barbosa, o rei dos advogados metido a filósofo, consoante a observação do trabalhista Roland Corbisier.

Rui Barbosa foi o alter-ego liberal de Carlos Lacerda financiado por Rockefeller. A respeitável toga tirou de Lima Barreto a possibilidade de descolar um troco na Academia Brasileira de Letras. Enganam-se os que acham que a política hoje está judicializada. Afinal, quando é que ela não esteve? Na verdade o que existe é a telenovelização do judiciário.

Nas tardes de Brasília vendo o tribunal televisionado as venerandas esposas dos juriconsultos, injetadas de botox, ficam deslumbradas. O modelo é fornecido pela telenovela. O holofote midiático no juiz de direito não é um fato anedótico sem conseqüências na política e na cultura. O despotismo judiciário acompanha o juiz popstarbonecoso com complexo de superioridade, ébrio de publicidade e picado pelo exibicionismo. Afirmam com jactância boçal: juízes, lidamos com “tecnicidades”, não somos políticos. Enquanto a história estiver sob o signo do Tribunal Federal, o povo brasileiro estará fora da história.

Nos cursos de letras a boemia de rapazes ricos, diferente da boemia de Lima Barreto, não será condenada com a Semana de Arte Moderna em São Paulo. O problema não é ser ou não boêmio. O poeta Pier Paolo Pasolini, que viveu perseguido e atormentado pela repressão do judiciário na Itália, certamente iria apontar em Lima Barreto uma vítima do assassinato cultural. O autor de Policarpo Quaresma tinha consciência das perdas internacionais do trabalho, ou seja, da remoção da mais-valia para os centros do capitalismo. Em carta a Monteiro Lobato, datada de 1919, escreveu: “Portugal, feitoria da Inglaterra”, que levou o “ouro de Minas para a Europa”.

O ruibarbosismo liberal pró-britânico não é diferente do nabuquismo na oposição ao “desleixo gramatical”. O prurido purista do magistrado censor não significa opor-se a quem escreve mal. Lima Barreto continua sendo mais lido do que Rui and Nabuco. Quem não sabe desprezar a opinião pública não pode jamais ser um grande homem, dizia o filósofo Hegel. Monteiro Lobato sacou que as idas frequentes de Lima Barreto ao hospício não eram loucura, e sim busca de descanso.

Ao civilismo de Rui Barbosa associava Glauber Rocha o anti-comunismo do Cebrap, a que se seguiu a “impiteomania” dos juízes afinados à crapulice da Fiesp fatora do golpe de 64. A cirurgia deste, segundo o historiador marxista e general Nelson Werneck Sodré, foi feita pelos militares entreguistas, mas sua mentalização coube aos empresários bandeirantes e aos bacharéis da UDN, de linhagem e linguagem machadianas, no dizer de Glauber Rocha que filmou *Terra em Transe* em 1967, no qual o cantor Mário Lago, que era do partidão, faz o papel de um militar progressista. Para o cineasta que não gostava de ser chamado de profeta, a burguesia civil, na vertente patricial e tecnocrata, está inclinada a vender o território nacional.

Meu saudoso e valente amigo José Walter Bautista Vidal, o criador do Pró- Álcool em 1974, denunciou o colonialismo energético: a entrega do sol e da água doce dos trópicos para os gringos. O aparelho jurídico serve à classe dominante tucanopemedebê, o satélite da finança internacional com os lucros exportáveis. Não deslembrem que o PSDB careceu do “impiti” de Collor para chegar ao poder. Os tucanos são os setores da classe dominante mais gabaritados na promoção dos interesses antinacionais. Proibidade administrativa somente com proprietários estrangeiros. A entrega do petróleo é de feição cepalina com xodó pelo cipaió José Serra. Dona Dilma, equívoco fatal que lhe custou o vexame do impeachment, passou pela Petrobrás sem ouvir sequer um dia o patriota Marcelo Guimarães, dando ouvidos ao ministro Edson Lobão indicado por José Sarney.

A crítica de Glauber Rocha incidiu na relação linguagem e censura indo além do contexto histórico da ditadura. O censor não só em âmbito jurídico, mas atuando em todas as ins-

tituições. Ninguém o rebateu, exceto Flávio Aguiar em Movimento, jornal bancado pela fiança tucana de Sérgio Motta. Resposta pífia como se fosse uma investida despropositada e artimanha do cineasta para ganhar publicidade. Glauber Rocha interpretou isso como desejo do jornal em matá-lo por causa de sua divergência com FHC, o sociólogo vozeiro do Pentágono.

A pacatez e a fleugma de Machado de Assis aparecem associadas à violência política da CIA na América Latina. O leitor perplexo meneia a cabeça: que analogia esdrúxula é essa? Em meados de 1976, entre a morte de João Goulart e escrevendo teatro sobre a tragédia Jango e o romance *Riverão Sussuarana*, pouco antes de filmar o pintor Di Cavalcanti, período de exuberância intelectual e esplendor artístico, Glauber Rocha lançou a palavra de ordem: “Abaixo Machado de Assis”.

Acusado de doidão, drogado, pirado; o sábio, o sóbrio, o equilibrado era o príncipe anti-romântico FHC, ainda que néscio em gramática. Glauber Rocha colocava o artista em um andaime mais elevado que o cientista. Carlos Lacerda, a direita imobiliária do Rio de Janeiro, artista frustrado, queria ser ator de cinema. A cantora que canta como um pássaro é uma trabalhadora improdutiva, explicou Karl Marx em *O Capital*.

Machado de Assis foi a disciplina e, segundo Glauber Rocha, a principal característica da arte brasileira é a indisciplina. José de Alencar, João Guimarães Rosa, Villa Lobos, Oscar Niemeyer e Cândido Portinari. A qualidade estética está na indisciplina, e não na caretece normativo-institucional. “Machado de Assis é um escritor que escreve para ser censurado, porque é um acadêmico. Então, é o escritor por excelência responsável pela mediocridade: é um modelo que impõe uma mediocridade literária que imita um padrão. O censor entende Machado de Assis. O Guimarães Rosa é um escritor para não ser censurado: escreve para não ser censurado, porque o censor está diante de uma língua nova. Então, um artista que quer ser censurado apresenta um estilo suscetível de ser censurado. Censurar Villa Lobos é difícil (...). O responsável pela censura é Machado de Assis, que determina um tabu linguístico, tremendamente moralista e conservador.”

Tolice é achar que o ininteligível é preconizado por Glauber Rocha como qualidade estética. Criador do padrão e da norma nas letras ou foram os machadianos que fizeram dele o censor? O cineasta sugere que o objeto censurado por Machado de Assis é a felicidade que se conecta ao “Jardim do Futuro” reprimido. O censor do desejo de felicidade traz a ideia da colônia subordinada à metrópole, ainda que seja impossível a colônia repetir a história da metrópole. Glauber Rocha parece Karl Marx em *O Capital*: a economia política nasceu na Euro-

pa e o sangue dos negros encheu a burra de grana do porto Liverpool. Não é a toa que o cineasta de Vitória da Conquista queria filmar Orson Welles no papel de Karl Marx.

O primeiro escritor a ser criminalizado pela legislação literária, segundo Glauber Rocha, foi José de Alencar. Quem é tido como o criador do romance moderno é Machado de Assis, o imperador das letras. Com isso fazem o “destranse” de José de Alencar, negando-lhe o papel de terceiro mundista, assim como “o condoreiro Castro Alves foi a primeira ressurreição do selvagem cristo sertanejo”.

Machado de Assis não foi nem advogado, nem médico, nem prelado. Por essas profissões não subiu de vida como parvenu bem-sucedido. Na estrutura social rígida do Império sua ascensão se deu por uma ascese intelectual na carreira das letras. Escritor e funcionário público. Na República foi amigo do presidente Floriano Peixoto. Antes dos trinta anos era conhecido nas rodas intelectuais. Convenhamos que não foi fácil, assim como não o é até hoje, alguém no Rio de Janeiro dedicar-se inteiramente às letras. Não basta talento, e pouca gente como Machado de Assis teve consciência de sua vocação literária. Nisso foi obstinado, ainda que cético em relação ao país e pouco confiante no povo.

Oswaldo Orico, autor de *José de Alencar patriarca do romance brasileiro*, ensaiou uma interpretação engenhosa dizendo que o romancista carioca queria escapar da influência literária de Mecejana a fim de construir uma obra independente e autônoma. Conclui: “daí a rebelião contra o mestre e sua fuga pela porta do humor e da ironia”. Pasolini afirmou que o cômico ou humorista não é revolucionário. O humor aponta os males, regozijando com a sua existência, por isso não está interessado em suprimi-los. Curiosamente a psicanálise assinala que o amor não rima com humor, porque na infância não se tem necessidade do humor para ser feliz.

A primazia do pai no processo civilizatório foi defendido por Machado de Assis, diferente da presença absorvente do útero em José de Alencar, que antecede o matriarcado de Pindorama mentalizado por Oswald de Andrade. A estrutura matrilinear não reconhece o papel do pai na procriação, tal qual se verifica com a mandioca em que só dá mãe. O macho também de nada vale na planta da maconha. Para o indígena tudo o que existe tem mãe, por exemplo: mãe da coceira.

O que não foi esclarecido, concernente a estratificação social, é se a carreira de escritor, por meio da qual galgou prestígio e status, pode ser medida em termos de numerário. Não conheço monografia que estudasse em minudência como Machado de Assis lidou com o dinheiro.

Sem menção à propriedade privada é inconcebível a entidade jurídica a mais simples. A justiça e a polícia têm por função proteger a propriedade, o direito é sempre o direito do mais forte. Seja na feudalidade, seja no Estado moderno capitalista. Atrevo-me dizer que em seus livros o dinheiro não surge sob a forma propriamente de capital, ou seja, o dinheiro convertido em capital. O dinheiro na forma mercantil é onipresente nas relações de seus personagens. Dou como exemplo a frase: “Marcela amou-me durante quinze dias e onze contos de réis; nada mais”, na famosa zeugma em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Quase nunca citado, diria sabotado pelos machadólogos de nomeada, o ensaísta Eduardo Frieiro, nascido em Matias Barbosa, à margem do sistema oficial das letras, sintetizou: “um plebeu de cor e autodidata sem fortuna”. Curioso é que o polígrafo mineiro fosse também pobre, autodidata e tipógrafo, desconhecido até hoje, apenas homenageado por Darcy Ribeiro que o enalteceu como um dos maiores autores de diário com introspecção psicológica.

Gago, nervoso, epileptoide, incrú, misantropo, deixando na moita alguns traços de sua biografia, mãe costureira, pai pintor de broxa gorda, eis a origem familiar do fundador da Academia Brasileira de Letras. Dizem que foi menino baleiro e caixeiro de padaria. Não é preciso, segundo Eduardo Frieiro, ter com Machado de Assis semelhança de temperamento, arisco, caseiro, camisolão, enfermigo, para dedicar-lhe estudo e reflexões; de resto, a cultura brasileira parece cindir-se entre os que lhe são refratários como Sílvio Romero e Agripino Grieco, e aqueles que o admiram como Lúcia Miguel Pereira, Gondim da Fonseca e Astrogildo Pereira. É impossível demarcar a juventude da velhice, porquanto o brochildo Bentinho já era o Aires avoengo. Sua fortuna crítica é extensa. Nenhum outro escritor se lhe ombreia em termos de exegese e hermenêutica, nem José de Alencar, nem João Guimarães Rosa, nem Euclides da Cunha.

A despeito do exíguo público leitor, faz-se concessão ao gosto mediano para obter sucesso. Lúcia Miguel Pereira foi pioneira em sublinhar a divisa entre *A Mão e a Luva* e *Dom Casmurro*. Essa clivagem parece dissipar-se com a ênfase posta por Nilo Batista na superestrutura lingüístico/jurídica. Até os seus personagens femininos tem alguma coisa de causídico, a linguagem da legislação é homologada como paradigma civilizatório. A legislação do livre-cambismo mescla-se à linguagem conformista da “opinion publique”. Os protagonistas bacharéis são mais visíveis que a arraia-miúda, assim como é difícil encontrar a presença do patronato. Os bacharéis personificam categorias econômicas. A sociedade abole a escravidão mas não o escravo. Depois vem a contradição entre capital e trabalho assalariado. Herdamos o bacharelismo machadiano e a ideologia classista do censor.

A lei não move a história. Antes de serem belas ou feias, as leis são políticas e concentram a economia, ou seja, a lei é economia concentrada com linguagem parafrásica de advogados e clérigos, conforme Marx corrigindo Hegel. Este, de acordo com a irreverência barroca glauberiana, transformou Cristo em deputado. O que é o amor e o crime na travessia do trabalho escravo para o assalariado? A função pedagógica do romance é fazer com que o leitor ou a leitora não se rebele com o dinheiro imerso no gozo amoroso.

Karl Marx ridicularizou em *O Capital* um economista burguês para quem “o dinheiro é uma mercadoria agradável”. Nos romances machadianos o advogado é a antonomásia do dinheiro. O capitalista (fazendeiro importador de escravo, comissionário) não aparece de carne e osso, ele é representado pelo desembargador, deputado e ministro. O Rio do Império era um folhetim pequeno burguês, a telenovela carioca deve tudo a Machado de Assis. O dinheiro aparece sob a forma de circulação e não como capital.

Gondim da Fonseca, talvez o seu melhor biógrafo, escreveu *Machado de Assis e o Hipopótamo*. Quarenta mil exemplares vendidos, esse livro não furou o cerco das universidades. Considerou “o mais brasileiro dos nossos escritores”. Virou e revirou-lhe a vida pelo avesso. Amigo de Lúcia Miguel Pereira e Astrogildo Pereira, os machadianos históricos. Sintetizou os principais traços biográficos: pais pobres, mãe açoriana, branca; “escuro” era o pai, natural do Rio de Janeiro. Ambos “aconchegados a pessoas ricas”.

O carioquíssimo Joel Rufino dos Santos, meu professor de cursinho em São Paulo, informou que pobre só tem amigo pobre. Gondim da Fonseca refutou que a mãe de Machado de Assis fosse lavadeira, assalariada, pois lavadeira era “mister privativo das escravas”. Leitor de Hegel, sabia Gondim da Fonseca que era uma imoralidade no século XIX, na metrópole ou na colônia do capitalismo, fazer a justificativa histórica da escravidão. Absurdo acusar o desejo de submissão dos negros querendo ser escravos nos trópicos. Vida interior alguma poderia livrar-se da escravidão. O biógrafo tematizou o enigma da ascensão individual. O sujeito subindo sozinho, tal qual o devoto de Edir Macedo indo para o céu.

Eis Glauber Rocha falando: “comparem Machado de Assis a Pelé. Negros e mulatos filhos do povo pobre que sobem na vida graças a extraordinários poderes mentais/físicos”.

Seguramente Gondim da Fonseca não leu Glauber Rocha: “Machado de Assis como o seu vendedor de polca, investiu o prestígio literário na criação da Academia Brasileira de Letras, constituindo uma legislação estética, apanágio da mediocridade parnasiana!”

Há legislação da estética como há legislação da justiça. Karl Marx já dizia: as revoluções não são feitas pelas leis.

“Machado morreu velho, bem de vida, cercado de amigos, protegido pelo neutralismo axiológico, definhado depois da morte de dona Carolina, a Capitu de sua vida”. Só a livre e fecunda imaginação cinematográfica poderia justapor as sutilezas entre a vida, a obra e a morte.

Gondim da Fonseca sugeriu que dona Carolina, que ganhou o célebre soneto machadiano, não era lá muito instruída nas letras. Observem o mesmo sufixo nos nomes Carolina, Capitolina, Maria Leopoldina. A psicanálise ainda não havia formulada a pergunta: “o que quer a mulher?” Os ornamentos patriciais negam o sexo e a natureza. Glauber Rocha: “Quincas não chega nem a homossexual. Quincas não assume o visionarismo de *Policarpo Quaresma*. Quincas não é de nada. E *Brás Cubas*, o começo do funeral, contado pelo verme, nada mais consegue além dum posto imortal, numa Academia em cuja cadeira patrona figura o alto nome de José de Alencar”.

Machado de Assis prolongou o onanismo até bem tarde. Em vários de seus personagens viu Gondim da Fonseca refletido o “temperamento sádico-anal”.

Em sua biografia informada pela psicanálise freudiana Gondim da Fonseca, casado com Lourdes Leduc, uma das primeiras mulheres estudiosas de Freud no Rio de Janeiro, deduziu dos escritos de Machado de Assis que “muito freqüentemente se fantasiava como filho de outro pai”. Nada de adultério – nem a mãe nem a esposa. Machado de Assis não foi homem de ter amantes. *Dom Casmurro* é um romance à procura da prova do adultério, ou de sua inexistência. É a narrativa de um processo jurídico para apurar o delito.

O escopo do criminalista é explicar o crime, e o crime de que se fala no Segundo Império não é o parricídio edipiano incestuoso, e sim o crime de adultério, mas não é ouvida a fala da Capitu/Desdemona, nem por meio do discurso indireto livre de Bentinho/Otelo. A cor é “branca”, como consta na certidão de óbito do autor Machado de Assis. O suposto crime é patrilinear. O advento do patriarcado (Engels lendo Morgan) significou a derrota do sexo feminino.

O patriarca é a razão, a cultura, a autoridade, a civilização. Monsieur Jacques Marie Lacan não dizia que o pai é a lei que priva a criança da fusão com a mãe? O Eros mãe/filho é cortado pela legislação. O censor está no meio entre a mãe e o filho. Esse é o mal-estar na cultura. Repressivo e cruel foi o jesuíta ao arrancar o curumim do peito da mãe para ensinar-lhe a letra. O padre jesuíta, bom gramático, foi o primeiro a utilizar a cunhã como empregada doméstica, e as atuais telenovelas ensinam que sem empregada doméstica não há amor que dure.

O brizolão, a catedral do povo, pode ser interpretado como uma vingança do seio da mãe pobre contra o patriarcalismo machista. É curioso que entre nós não haja hermanos Karamazov com gana de matar o pai. Inexiste parricídio entre os indígenas, nem desejo de possuir a mãe. Se não há rebelião dos curumins contra o pai, logo não se depara a introjeção da culpa por ter matado-o. Isso não faz parte da cena indígena. Para o mameluco, segundo Darcy Ribeiro, o pai não é o tirano, o pai não é o déspota, o pai não é o dominador; ao contrário, o mameluco, o misturado, gosta é do pai, quer identificar-se com ele: se possível imitá-lo, reproduzi-lo, ser a cópia dele. O seu drama é que o pai o recusa, ele lida muito mal com o desprezo do pai e acha que a mãe é inferior: um hijo de puta. Enfim, mesmo humilhado não há o desejo de matar o pai.

Oswald de Andrade colocou a clivagem entre Machado de Assis, a esfera intimista da família, e a mimese do povo com Euclides da Cunha. A esses dois pontos extremos da expressão literária veio juntar-se a contraposição feita pelo cineasta Glauber Rocha (Iracema ou Capitu) que bagunçou os alicerces da teoria literária depois do surto estruturalista e pós-moderno no Rio de Janeiro. Os homens de letras não vivem em um mundo onde não há mulheres. E aqui entra o foco analítico na alma feminina: a antítese miss Capitu e miss Iracema. Glauber considera José de Alencar um autor feminista.

Há que realçar (e o que isso reverberou em seus romances) que Machado de Assis não se casou com a discreta e recatada dona Carolina a fim de elevar-se na hierarquia social, desejo esse legítimo de um talento nascido em berço pobre e de olho no golpe do baú. Não foi essa a motivação que levou o marido ciumento, segundo Gondim da Fonseca, a escolher Carolina como esposa que lhe deu sossego para escrever sua obra imorredoura. Insistamos na ascense intelectual revelada por Eduardo Frieiro: foi o texto, foi o verbo, foi a escrita que o levou a furar a estratificação social de um país com séculos de escravos negros.

O Rio de Janeiro era uma sociedade ágrafa, a leitura não consagrava nenhuma celebridade do ponto de vista popular. Ademais, convenhamos que a literatura não é um solilóquio que prescindir de público. No mesmo período Lima Barreto foi interditado de entrar na Academia pelos bacharéis das letras. Desprovido de prestígio nas rodas dos intelectuais grã-finos, sabotado, perseguido, Lima Barreto não subiu socialmente sequer um degrau por conta do talento. Nem foi alçado a paradigma de literato, o que mostra a excepcionalidade de Machado de Assis, quase um “santo” que não se meteu em política e nem contraiu inúteis e tediosas controvérsias.

O paralelo Machado de Assis/Lima Barreto não pode ser visto como antítese de classe social, pelo menos em termos de origem; todavia é contrastante o conformismo cultural de um

e a rebeldia de outro. Quem quiser se dar bem na cultura e ganhar gabos e afagos da classe dominante não deve espelhar-se em Lima Barreto. O concurso glauberiano das misses Capitu/Iracema, cujo equivalente masculino seriam Peri e Bentinho, além de sugerir a diferença da cópula feita na cama e no mato, afirma que Machado de Assis instituiu a censura linguística com gramática patriarcal e oligárquica.

Ainda que se admire, e sempre com parcimônia nas universidades, a linguagem de José de Alencar, não há outra maneira de viver o cotidiano senão com o código moral machadiano, acusou Glauber Rocha retomando a ousadia barroca de Gregório de Mattos Guerra que morreu sem editor.

Ao vencedor a razão, isto é, quem não tem dinheiro não tem razão. A poupança leva à glória: Machado de Assis, o empreendedor das letras. A burguesia culta precisa dele para se narcisar em um país onde a maioria absoluta está condenada ao fracasso e às baratas. Na vida do intelectual a hora da razão (e ineludivelmente ela chega em sua instrumentalidade) é a hora de Machado de Assis. Que tivesse sido Glauber Rocha a denunciar a linguagem teológica, mercantil e bacharel dos vencedores, chama atenção para o traço singular em seus filmes: não há absolutamente ninguém que sobe na vida. O povo em seu cinema é o personagem, por isso é nula a mobilidade social do indivíduo, o que condiz com a disjuntiva posta pelo marxista Gunder Frank: subdesenvolvimento ou revolução. Com esse mote radical compreende-se quem são os adoráveis e os abomináveis: Joaquim Nabuco, José de Alencar, Rui Barbosa, Gonçalves Dias, Alberto Torres, João Carlos Guaragna, Leonel Brizola, Ruy Mauro Marini, Humberto Mauro, Cecília Meireles.

Somos revelados psicologicamente pela escolha que fazemos dos homens representativos. Citemos o depoimento de quem conheceu pessoalmente Machado de Assis e que não era um tipo desajustado e bebum como Lima Barreto; ao contrário, João Ribeiro foi um homem ponderado, gramático, ajuizado, um clássico segundo o modelo apontado em Goethe: “a sua insensibilidade pela dor humana é absoluta; o seu egoísmo é sem limites. O interesse de Machado de Assis pelas naturezas fracas, espontâneas, é inteiramente falso. Nunca o teve. No sentido de caridade, ele é um anti-cristão. O que ele aconselha ou pelo menos admira nos pobres e infelizes é a perfídia ou as pequenas desforras”.

Dirão que o juízo de João Ribeiro é eivado de moralismo: afinal, a obra literária é feita de palavras, e não importa, ao contrário do bom orador como dizia Leon Trotsky, que o artista não seja um homem bom. Pondo reparo no aforisma do poeta Maiakovski (“não há conteúdo revolucionário sem forma revolucionária”) que repercutiu Lenin didatizando para os bolche-

viques que não há prática revolucionária sem teoria revolucionária, o trotskobrizontista Edmundo Moniz foi enfático: forma artística alguma salva conteúdo reacionário.

João Ribeiro não bateu na tecla do anti-brasileirismo de Machado de Assis por este não se ligar no capiau, no aipim, no mandacaru. Atenção: não confundam mimese literária dos trópicos com exotismo naturalístico de cartão postal. Creio que desse vacilo foi vítima o gaúcho Moysés Velhinho ao enaltecer o lúcido e “desencantado” Machado de Assis por ser “um brasileiro contra paisagem”, o que é uma maneira de caluniar o sol como fonte de subdesenvolvimento. Horror ao quintal, diria Gilberto Freyre, aliás guru de Moysés Velhinho. Certo estava Marcelo Guimarães ao sublinhar a alienação em que se encontra o intelectual colonizado por não saber os nomes de vinte tipos de cipós.

A escravidão no Brasil não teve como fonte o prisioneiro de guerra. O escravo veio como uma mercadoria importada. Em Roma foi inventada a servidão que substituiu a escravatura. A situação jurídica do trabalho servil é expressa pelo provérbio “homem preso não tem querer”.

O que intriga é menos o argumento de que se valera Glauber Rocha contra a norma literária machadiana do que a razão pela qual ele o fez depois de transcorridos mais de cinquenta anos da morte do escritor. Seu juízo foi condicionado pela reordenação jurídica da democracia. Glauber Rocha viu em Machado de Assis o paradigma lingüístico e ideológico que iria presidir a “abertura” do doutor Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, paradigma esse que pode estender-se ao juriconsulto Michel Temer. O formalismo jurídico da democracia abstrata o acusou de militarista, porém não se esqueçam que foi ele em 1974 que lançou a palavra “abertura” referindo-se a Ernesto Geisel, com quem nunca se encontrou, assim como nunca fumou um baseado com Golbery do Couto e Silva, plagiário e testa de ferro de multinacional. Aquilo que ele fez com Machado de Assis, dialetizando o fio da história, há que se fazer com o cineasta, porquanto de 1976 a 2018 a regressão civilizatória do país se deu sob o signo da democracia advogada e liberal.

Capitu e Iracema. Neste certame miss Brasil preferiu Glauber Rocha o conceito greco-tupi de democracia. Lei não é sinônimo de justiça. O advogado foi uma criação de Roma e não da Grécia. José de Alencar, insistiu Glauber Rocha, foi um escritor insubmisso, rebelde ao colonato lingüístico-ideológico, por isso indisciplinado esteticamente, e que seria hoje seguramente condenado pelo parnaso patrilinear do Supremo Tribunal Federal. Com a telenovelação do judiciário retorna o beletrismo da paráfrase, a mistura de estupidez com tristeza; aliás, Engels que tinha sensibilidade lingüística e musical, em uma de suas cartas observou: “belletrists more triste than belle”.

A “democracia greco-tupi”, reivindicada por Glauber Rocha, a antítese do bacharelismo à Ulisses Guimarães e Tancredo Neves, tem sua razão linguística no tupi com a musicalidade do grego, segundo Michel de Montaigne, a quem se reportou Cavalcanti Proença para sublinhar a mesma prosódia entre as duas línguas, informou Haroldo de Campos em seu estu-pendo estudo sobre José de Alencar, *Metalinguagem e Outras Metas*, publicado em 1967. Decerto Haroldo de Campos daria o seu voto em Iracema, Roberto Schwarz pisou na bola ao qualificar de “bobagem” a obra de José de Alencar. Haroldo de Campos leu Lukàcs, tinha sérias ressalvas à atitude anti-vanguarda do crítico húngaro, mas não sei se é procedente referir-se a Schwarz como discípulo de Lukàcs, talvez fosse mais apropriado considerá-lo discí-pulo machadiano de Antônio Candido. A luta de classes na teoria da literatura se traduz pela potência do anagrama Iracema-América a contrastar com a brochada do censor resignado. Haroldo de Campos ouviu Iracema (e aí nessa matemática há que saber ouvir estrelas) como uma fuga bachiana de Villa-Lobos. “Iracema saiu do banho...”.

A musicóloga guevarista Piedade Carvalho, em *Villa-Lobos: do Crepúsculo à Alvorada*, sublinhou a cópula telúrica na música de Villa-Lobos. Iracema não é romance histórico, é lenda, no reparo primoroso de Haroldo de Campos. Iracema é folclore, fábula, oralidade, ima-ginação correndo solta na fala do povo, segundo Luís da Câmara Cascudo. Na ousada justa-posição inventiva, e bem fundamentada aliás, Haroldo de Campos faz convergir o folclore com o marxismo (aliança que talvez seja o caminho da nossa revolução popular e nacional) ao aproximar a infância histórica do brasileiro (José de Alencar) com o passado grego dos meni-nos normais de Karl Marx. A matriz tupi em José de Alencar foge, segundo Haroldo de Cam-pos, do “português canônico” ao ir em busca de uma iconicidade primeva. O mesmo foi dito, um ano antes, por Glauber Rocha quanto ao artista indisciplinado. Não queria que o país se-guisse da ditadura militar para o código jurídico liberal e, com isso, deixar intacto o domínio do capital estrangeiro. O país comprado pelo imperialismo com o nosso dinheiro. Assim, ga-nha pleno sentido a palavra de ordem à primeira vista extemporânea: abaixo Machado de As-sis.

Em sua programática concretista Haroldo de Campos dava relevo à materialidade dos signos e das palavras. Exame minucioso das formas. *Metalinguagem* é um livro de alto nível intelectual que ensina o leitor a ler poesia como o *ABC da Literatura* de Ezra Pound. Elogiou a fábula do folclore em Alencar ressaltando o seu perfil anti-eurocêntrico, o verdadeiro cria-dor da língua literária no Brasil, ao contrário do que ficou estabelecido no consenso dos litera-tos departamentais de letras. Há o predomínio do valor de troca na ótica gramaticocêntrica,

não obstante a aparência anti-capitalista. Haroldo de Campos e Glauber Rocha estão no mesmo barco. Seu deslumbrante ensaio sobre José de Alencar denuncia *O Sequestro do Barroco*, livro que investe contra a teoria da literatura de Antônio Candido repercutida pelo Brasil inteiro. Não é por acaso que Haroldo de Campos chega na “arqueografia” dos trópicos, berço da humanidade segundo José de Alencar, no qual Adão era o “homem vermelho feito de argila”. Seguramente Bautista Vidal iria aplaudir o *solcialismo* de Haroldo de Campos.

O cosmético de telenovela exorbita o ego do juiz, que não está nem aí por ser coadjuvante do crime de lesa-pátria: doutor quanto vale a Vale do Rio Doce? Longe de mim considerar que a telenovela seja o pecado original do judiciário. Seria provocação sem nenhum fundamento fofocar que a mulher de Rui Barbosa não usava botox. O repúdio glauberiano ao censor Machado de Assis em 1976, cem anos depois de publicado *O Guarani*, mostra que o espetáculo jurídico (a oposição ao, com perdão da palavra, “entulho autoritário”) ocultava o caráter imperialista do regime de 1964.

O censor das letras inibe o sentimento anti-intercâmbio desigual do capitalismo. Engodo é colocar a democracia como a essência do lucro. Assim, conclui-se que com o Estado de Direito elimina-se o subdesenvolvimento. Essa prosápia de Rui Barbosa “em comptas”, para usar a expressão cunhada por Leonel Brizola, não se aplica apenas a Paulo Brossard, e sim à ordem jurídica que sanciona a espoliação internacional.

O discurso sobre o Estado Democrático de Direito, com a profusão de paráfrases e circunlóquios enfadonhos, reduziu a política a uma luta entre democracia e autoritarismo. O conteúdo da exploração de classe foi deixado de lado e, com isso, o anti-autoritário FHC chegou ao poder. “Abaixo Machado de Assis”. A democracia bacharel entregou tudo ao capital financeiro internacional. O sibarita Michel Temer não caiu do céu. Antes Luiz Inácio Lula convidou Henrique Meirelles para vir de Boston dar um trato no Banco Central. Não importa se Lula não estudou no Largo do São Francisco que em 1954 foi contra a Petrobras e os intelectuais nacionalistas.

Injuriar-se à altura de 1976 contra o censor das letras não foi de modo algum um signo de irracionalidade. O censor já está tão interiorizado que ninguém mais nota a legislação de Machado de Assis. Censor na antiga Roma cuidava do patrimônio dos cidadãos e a moral vigiada. Glauber Rocha denunciou na linguagem a repressão colonialista que impede a autonomia do país. Nos anos 70 o triunfo da contracultura pop rolava junto com estruturalismo pós-moderno e o seqüestro do marxismo. Machado de

Assis, segundo o cineasta, deveria ser combatido por representar a arte sem ambição e a vida desapaixonada. Desmoralizaram o Terceiro Mundo e, ao descalabro lacerdista do Cinema Novo na atualidade, seguiu-se o fim da história com a Rede Globo. A razão histórica estava com Leonel Brizola que, para infortúnio do povo brasileiro, não foi vencedora.

Referências

ANDRADE, Oswald de. **Ponta de Lança**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2004. BARBOSA, R. *Cartas de Inglaterra*. São Paulo: Iracema, 1965.

BATISTA, Nilo. **Machado de Assis, criminalista**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2018. 254 p.

BAUDELAIRE, C. **Esplim de Paris**. São Paulo: Martin Claret, 2011.

BROCA, B. **Machado de Assis e a Política e outros ensaios**. Organização Simões, 1957.

FONSECA, G. **Machado de Assis e o Hipopótamo**. Editora: Fulgor, 1960.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Maia e Schmidt LTDA, 1933. 768 p.

FREYRE, Gilberto. **Oliveira Lima, Don Quixote Gordo**. 2ª. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970. 235 p.

FRIEIRO, E. **Páginas de críticas e outros escritos**. Editora: Itatiaia, sem data.

GUARAGNA, João Carlos. **Brizola, A Revoada do Exílio**: Histórias de um pombo correio. 1ª. ed. Porto Alegre: Editora Rígel, 1992. 216 p.

JAURETCHE, A. **Filo, Contrafilo y Punta**. Peña Lillo, 1983.

MARTINS, Oliveira. **História de Portugal**. 1ª. ed. Guimarães Editores, 1968. 609 p.

MARX, Karl. **O Capital e Critica da Filosofia do Direito de Hegel**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Boitempo. 2013. 184 p.

MONIZ, Edmundo. **Canudos: A Luta Pela Terra**. 4ª. ed. São Paulo: Editora Global, 1984. 112 p.

PEREIRA, Astrojildo. **Machado de Assis: ensaios e apontamentos avulsos**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

PEREIRA, L. M. **Machado de Assis Estudo Crítico e Biográfico**. Editora: Brasileira, 1949.

RAMOS, Jorge Abelardo. **História da Nação Latino Americana**. 3ª. ed. Florianópolis: Editora Insular, 2014. 584 p.

RIBERO, Darcy. **O Brasil Como Problema**. 2^a. ed. São Paulo: Editora Global, 2016. 272 p.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina: Estruturas de Poder e Forças Insurgentes**. 1^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. 265 p.

ROCHA, G. **Revolução do Cinema Novo**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.

ROCHA, G. **O Guarany e Dom Casmurro ou a competição entre Iracema e Capitu pelo Título de Misse Brazyl**. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 set. 1976, p.10.

SCHWARZ, R. **O Pai de Família e Outros Estudos**. Editora: Paz e Terra, 1978.